

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2022

Processo Licitatório nº: 2.390/2022

Processo de Impugnação nº: 14.608/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação.

IMPUGNANTE: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA – CNPJ nº 39.859.999/0001-64

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Rafael Cascales dos Santos, RG: 44834835 SSP/SP e CPF: 360.966.638-26, com fulcro nos dispositivos da Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações, Lei 10.520/02, e Lei complementar 123/2006 alterada pela LC 147/2014 e demais dispositivos aplicáveis à matéria.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

1. MARCAS DE REFERÊNCIA

A indicação de marca no edital deveria estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrassem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público.

Ademais, tal indicação deveria ser precedida da apresentação de justificativas técnicas que demonstrassem, de forma clara e inafastável, que a alternativa adotada seria a mais vantajosa e a única que atenderia às necessidades da Administração.

Nesse sentido, exigências de qualificação técnica e econômica seriam legais quando tal condição de exclusividade fosse indispensável, porém o objeto em tela nada teria de exclusivo, pois pneus com certificação do INMETRO e dentro das normas técnicas da ABNT cumpririam plenamente seus fins, sendo irrelevante a exigência apresentada no edital.

2. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

A apresentação de amostras, no entendimento do TCU seria aceitável, entretanto, o entendimento seria de que somente poderia ser exigida dos VENCEDORES: “A exigência de amostras a todos os licitantes, na fase de habilitação ou de classificação, além de ser ilegal, pode impor ônus excessivo aos licitantes, encarecer o custo de participação na licitação e desestimular a presença de potenciais interessados”.

Comissão de Pregão I

Além disso, não bastaria apenas que o pedido da apresentação de amostras fosse direcionado para os vencedores do certame, mas, também, seria necessária a previsão no instrumento convocatório de um tempo razoável para apresentação dessas amostras.

3. FABRICAÇÃO DE 6 MESES

A exigência de que os produtos possuam no momento da entrega no máximo 6 meses de fabricação seria restritiva, pois para as empresas que licitam com produtos importados essa data seria inviável, uma vez que só para chegar ao Brasil e haver o desembaraço na Receita Federal levaria mais ou menos o prazo de 4 (quatro) meses. Não bastasse este lapso temporal, seria importante frisar que o contrato seria firmado para fornecimento em um período de 01 ano, ou seja, a licitante deveria ter os produtos em estoque para suprir as necessidades dos órgãos requisitantes na vigência do contrato, tornando incoerente a exigência de 06 meses da fabricação. Outrossim, essas mercadorias têm prazo de validade de 05 anos, sendo desnecessário exigir que a fabricação seja inferior a 06 (seis) meses.

Em momento algum a lei federal vedaria a participação na licitação de produtos e serviços de origem estrangeira. Assim, o contido no Edital de Convocação da Licitação desta Municipalidade quanto à nacionalidade dos pneus, contrariaria o disposto no artigo 3º da Lei de Licitações, pois, vedaria a participação no processo licitatório de produtos importados, quando, na realidade, a nacionalidade do produto e serviço oferecido deveria ser considerada apenas como critério de desempate.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer o provimento da presente impugnação, amparado nas razões acima expostas.

No caso de deferimento, que haja a retificação do edital e intimação da empresa acerca da decisão no e-mail: juridico@vicenzopneus.com.br.

Comissão de Pregão I

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 29.2 do edital.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **VINCENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 096/2022, e subsidiado pelo setor técnico responsável que encaminhou parecer técnico às fls. 30/53, e no informado pela Procuradora Geral do Município às fls. 54 à 57, no mérito, **NEGO PROVIMENTO** pela alteração do edital em comento, e pela alteração, no Termo de Referência, no que foi apontado pelo setor técnico.

Mantendo a data do presente certame para o dia 09/06/2022.

Nova Friburgo, 08 de junho de 2022.

KARLA BRAGA MACHADO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 990.996